

Devir do campesinato agroecológico e suas abordagens às mudanças climáticas: experiências territoriais no Brasil e na Colômbia

Agroecological peasantry becoming and its approaches to climate change: territorial experiences in Brazil and Colombia

Devenir del campesinado agroecológico y sus abordajes al cambio climático: experiencias territoriales en Brasil y Colombia

Vitor Moretti Zonetti¹

¹ Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Agroecologia pela Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), campus Bogotá. Orcid 0000-0001-8404-5588. vitorzonetti@gmail.com

Recebido em: 18 mar 2025 - Aceito em: 19 jul 2025 – Publicado em: 01 nov 2025

Resumo

A Agroecologia apresenta-se como um projeto concreto de transformação do campo pelos povos que são ontologicamente antagônicos à estrutura agrária do mundo do capital. Seus princípios agrícolas, baseados na coprodução, permitem experiências particulares por inúmeros territórios-devir que, em dialogismo, formam uma totalidade pluriversal. A partir de uma análise da realidade pela Lógica Dialética, objetivou-se estruturar o processo de territorialização agroecológica com seus inatos processos de produção de alimentos e restauração ecológica, bem como suas possibilidades de abordagem às mudanças climáticas em duas áreas de pesquisa latino-americanas: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra, no Brasil, majoritariamente coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Zona de Reserva Campesina de Cabrera, na Colômbia, coordenada pela *Corporación Cuna de Paz* (Corcunpaz). Conclui-se que, embora seja um tema transversal à intencionalidade camponesa, a mitigação das mudanças climáticas é parte integrante da territorialização do campesinato agroecológico.

Palavras-chave: América Latina, Novo materialismo, Pluriversalidade, Reforma agrária.

Abstract

Agroecology presents itself as a concrete project for the transformation of the countryside by people who are ontologically antagonistic to the agrarian structure of the capitalist world. Its agricultural principles, based on co-production, allow for particular experiences across countless territories-of-becoming that, in dialogism, form a pluriversal totality. Based on an analysis of reality through Dialectical Logic, the objective was to structure the process of agroecological territorialization with its innate processes of food production and ecological restoration, as well as its possibilities for addressing climate change in two Latin American research areas: the Barra Sustainable Development Project in Brazil mainly coordinated by the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Cabrera Peasant Reserve Zone in Colombia coordinated by the Peace Cradle Corporation (Corcunpaz). The conclusion is that, although a cross-cutting theme of peasant intentionality, climate change mitigation is an integral part of the territorialization of agroecological peasantry.

Keywords: Agrarian reform, Latin America, New materialism, Pluriversality.

Resumen

La Agroecología se presenta como un proyecto concreto de transformación del campo por parte de pueblos que son ontológicamente antagónicos a la estructura agraria del mundo del capital. Sus principios agrícolas, basados en la coproducción, permiten que las experiencias particulares en numerosos territorios-devenir se conviertan en un diálogo que conforma una totalidad pluriversal. A partir de un análisis de la realidad desde la Lógica Dialéctica, el objetivo fue estructurar el proceso de territorialización agroecológica con sus procesos innatos de producción de alimentos y restauración ecológica, así como sus posibilidades para el abordaje del cambio climático en dos áreas de investigación latinoamericanas: el Proyecto de Desarrollo Sostenible de la Barra, en Brasil, coordinado por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y la Zona de Reserva Campesina de Cabrera, en Colombia, coordinada por la Corporación Cuna de Paz (Corcunpaz). Se concluye que, si bien es un tema transversal a la intencionalidad campesina, la mitigación del cambio climático es parte integral de la territorialización del campesinado agroecológico.

Palabras-clave: América Latina, Nuevo materialismo, Pluriversalidad, Reforma agraria.

INTRODUÇÃO

Desde a conformação da Agroecologia como um movimento transnacional que objetiva a soberania territorial dos povos do campo a partir da reprodução de suas próprias culturas agrícolas (Altieri, 2009; Altieri; Nicholls, 2017; Gliessman, 2015, 2018; Patel 2006, 2009, 2012; Rosset; Altieri, 2022; Wezel *et al.*, 2009), diversos estudos se voltaram para a territorialização do campesinato, com especial atenção à produção de conhecimento situado (Barbosa, 2020; Barbosa; Sollano, 2014; Martínez-Torres; Rosset, 2014; Rosset *et al.*, 2025). Estes estudos evidenciam como os movimentos socioterritoriais realizam uma contraposição agrária ao agronegócio, principalmente à sua contemporânea ofensiva neoliberal, em nível ontológico.

É na cotidianidade de sua base social que se encontram os movimentos metabólico e histórico da Agroecologia. Tais movimentos são melhor compreendidos pelo quadro teórico da Pedagogia Camponesa Agroecológica, conforme proposto por Barbosa e Rosset (2017), que abrange diversos estudos sobre experiências de camponesa-a-camponesa e camponês-a-camponês, conceito originalmente formulado por Holt-Giménez (2006). Embora seja abordado como um método de ensino e aprendizagem no contexto agroecológico (McCune; Sánchez, 2019 ; Val *et al.* 2019; Val; Rosset, 2020), considera-se que este constitui o tecido social fundamental para processos de ensino e aprendizagem que transcendem a dimensão epistemológica, estruturando a dimensão ontológica do campesinato agroecológico.

Neste contexto, a Agroecologia é vista como um projeto com potencial real de transformação dos sistemas agroalimentares (Méndez; Bacon; Cohen, 2013), por apresentar um metabolismo econômico, social, cultural e ecológico antagônico ao projeto colonial e monológico do agronegócio (Shiva, 2024; Vandermeer; Perfecto, 2025). Metabolismo este que, desde a publicação de Altieri (1987), é formado por experiências conduzidas e validadas por um conjunto de práticas agrícolas que possuem princípios universais, o que permitiu o protagonismo de diversos sistemas de conhecimentos situados e desenvolvidos pelos povos do campo.

Considera-se, portanto, necessário teorizar o devir camponês a partir de seus particulares processos de territorialização agroecológica, visando aproximar quadros

teóricos igualmente formulados por estas experiências. A abordagem aqui realizada fundamenta-se nos estudos de Fernandes (2005, 2008, 2017), devido à sua proximidade com as organizações de base do campo, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto um movimento socioterritorial, bem como no conceito de território-devir de Haesbaert (2021), que valoriza a estruturação territorial a partir da relação entre as dimensões humanas e não humanas.

Assim, objetivou-se estruturar o processo de territorialização agroecológica com seus inatos processos de produção de alimentos e restauração ecológica, bem como suas possibilidades de abordagem às mudanças climáticas em duas áreas de pesquisa latino-americanas. A primeira é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, localizado em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, Brasil; a segunda é a Zona de Reserva Campesina (ZRC) de Cabrera, situada no Departamento de Cundinamarca, Colômbia. Ambos são territórios intencionados pela reforma agrária popular e integral, com profundas experiências agroecológicas de vanguarda. O PDS da Barra representa uma das primeiras iniciativas deste modelo de assentamento liderado pelo MST, enquanto a ZRC de Cabrera se estabelece como um dos territórios pioneiros enquadrados nesta modalidade de reforma agrária no atual contexto de interesse popular na pacificação do campo colombiano.

METODOLOGIA

Ao seguir o objetivo do artigo, discute-se, necessariamente, o devir do campesinato no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra e na Zona de Reserva Campesina de Cabrera pelas seus particulares processos de territorialização agroecológica. A análise baseia-se na observação do movimento histórico de ambas as áreas de pesquisa pela Lógica Dialética proposta por Ilyenkov (2018a, 2018b). Parte-se da compreensão de que ambos os territórios são compostos por experiências sociais que moldam a visão de mundo de seus sujeitos históricos, e que a relação mais próxima com a vida não humana, proporcionada pelas *agriculturas para la vida* (Mejía Gutiérrez, 1995), influencia o próprio humano histórico e social.

Assim sendo, a análise destas experiências fundamenta-se na ontologia do devir. Entende-se ontologia como o conceito filosófico que examina os modos de ser e suas

relações com outras formas de existência igualmente manifestadas pela Natureza, mesmo que não humanas (Spinoza, 2021). O devir, por sua vez, é a categoria que vincula a análise ontológica às necessidades e possibilidades de ser, ou seja, como o ser social se reconhece e desenvolve relações com o não humano a partir do metabolismo social constituído e suas possíveis manifestações históricas frente às externalidades que lhes são substancialmente contraditórias (Lukács, 2010).

Observar-se-á, portanto, que a reconstrução da historicidade das áreas de pesquisa brasileira e colombiana é, ao mesmo tempo, seus particulares processos de espacialização e territorialização camponesa que, em dialogismo, estruturam parte da totalidade agroecológica. Neste sentido, entende-se que a Agroecologia, atualmente, transcende a categoria de um movimento agrário transnacional, constituindo-se como uma outra estrutura agrária, objetivada de forma pluriversal (Escobar, 2020) por experiências que incorporam o não-humano como elemento constitutivo, igualmente humanizador e social. É assim que seus princípios analíticos fundamentam-se em um materialismo que tem a coprodução – as ações humanas modeladas pelas respostas metabólicas do não humano – como elemento central (Pellizzoni, 2024).

Esta abordagem demanda a coleta de dados primários segundo o método sentipensante de Fals Borda (2015), realizada a partir de imersões culturais em ambos os territórios, mesmo sem acompanhar integralmente a construção histórica das comunidades camponesas. Além de entrevistas semiestruturadas, a aprendizagem direta com os sujeitos de pesquisa ocorreu por meio de passeios agroecopedagógicos em seus agroecossistemas, permitindo que as conhecedoras e conhecedores – as camponesas e camponeses – expressassem suas próprias perspectivas. Intencionou-se não levar parâmetros científicos aos territórios visitados, mas estipular um diálogo de cunho informal pelos quais os sujeitos puderam contar como e porque plantaram seus alimentos e outras plantas da forma apresentada. Dados complementares foram obtidos dos arquivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da *Corporación Cuna de Paz* (Corcunpaz), além de entrevistas com suas lideranças. A coleta de dados foi realizada durante todo o ano de 2024 e o primeiro trimestre de 2025.

TRANSFORMAÇÃO DA FAZENDA DA BARRA EM UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra é uma conquista sem precedentes de diversos setores da sociedade, justamente por situar-se no município de Ribeirão Preto, intitulado por muitos como a “capital do agronegócio brasileiro”. Este pode ser considerado um bairro rural devido sua proximidade ao centro urbano, cuja constituição iniciou-se pelas reivindicações jurídicas realizadas pela Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto (Borelli Filho; Ferrante, 2009; Duval; Ferrante, 2016; Gonçalves, Scopinho, 2010; Lima, 2023).

Em 1999, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) denunciou ao Ministério Público (MP) possíveis irregularidades ambientais na antiga Fazenda da Barra. Após diligência requerida pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Marcelo Pedroso Goulart, ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram constatados crimes como o desmatamento de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Com a área total de 1.549,48 hectares desapropriados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) articulou sua base regional para reivindicar essas terras para fins de reforma agrária popular. Em contrapartida, a família proprietária da fazenda, por meio da Fundação Sinhá Junqueira, ainda persistia em realizar um loteamento de luxo na região. Destaca-se que a fazenda está situada em uma área de recarga do Aquífero Guarani com reais necessidades de restauração ecológica e preservação da permeabilidade do solo.

Com a chegada do MST na área, em abril de 2003, diversos processos para a conquista das terras se sucederam. Ainda assim, neste ano, houve uma reintegração de posse da fazenda que expulsou as 24 famílias que haviam ocupado a área. Entretanto, no início de 2004, a antiga Fazenda da Barra foi novamente ocupada por trabalhadoras e trabalhadores que ali permaneceram até sua definitiva homologação para a reforma agrária popular em 2007. Atualmente, segundo relatos, estima-se que o PDS possui uma população de 4000 pessoas,

Durante os anos de ocupação, as trabalhadoras e trabalhadores que reivindicavam a posse das terras iniciaram profundos debates sobre um modelo de assentamento que pudesse atender suas necessidades socioeconômicas, mas, sobretudo, que se alinhasse às diretrizes nacionais do MST de uma reforma agrária popular e agroecológica. No quinto congresso nacional do movimento, em 2000, já se havia deliberado um certo ambientalismo em seus assentamentos como o embelezamento com o plantio de árvores nativas, que foi intensificado no sexto congresso nacional, em 2014, com a deliberação da Agroecologia enquanto modelo produtivo.

Os debates sobre Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (SAF) se objetivaram como uma intencionalidade organizativa e produtiva para o assentamento ainda nos anos de ocupação. Foram estes debates de base que retroalimentaram a coordenação regional do MST, o que influenciou o Ministério Público para a estruturação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, já utilizado pelo Assentamento Sepé Tiaraju, nos municípios de Serrana e Serra Azul, na região de Ribeirão Preto, como o precursor deste modelo no estado de São Paulo.

Este modelo de assentamento foi desenvolvido para atender populações na região amazônica, no Norte do Brasil, que possuem Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) como características econômicas (Gomes *et al.*, 2012). Ademais das Terras Indígenas (TI) e das Unidades de Conservação (UC) que barram o desmatamento da Floresta Amazônica causado, principalmente, pela tendência de pecuarização na região, o INCRA também disponibiliza modelos como Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) juntamente aos referidos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (INCRA, 2025).

Originalmente, estes são destinados para regularização fundiária de populações extrativistas como seringueiras, castanheiras e ribeirinhas, bem como integrantes de comunidades remanescentes de quilombos; além de migrantes de populações tradicionais de origem amazônica e posseiros. Os PDSs não disponibilizam a individualização de parcelas, ou seja, há uma titulação coletiva da terra com a entrega de uma fração ideal. Ademais, sua infraestrutura deve contar com estradas de acesso,

fornecimento de água e energia elétrica de responsabilidade de implantação pela União (INCRA, 2025).

A atividade produtiva do PDS da Barra, portanto, foi modelada a partir das intencionalidades camponesas de base, das orientações a nível nacional pelo MST e pela disponibilidade política do INCRA. Esta adaptação de um modelo de assentamento formulado para a realidade amazônica, foi intencionada também pelo acesso a políticas de recursos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Com a homologação do PDS da Barra, em 2007, alguns desentendimentos organizativos provocaram a subdivisão do projeto em três assentamentos: o Assentamento Mário Lago, que ocupa mais de 70% da área total da antiga fazenda e é coordenado pelo MST; o Assentamento Santo Dias, coordenado majoritariamente pelo Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST) e minoritariamente pelo Movimento Luíza Mahin; e o Assentamento Índio Galdino, considerado “bandeira branca” por não possuir coordenação de nenhum movimento social (Lima, 2023).

Destaca-se a historicidade do Assentamento Mário Lago por seu pioneirismo na constituição de um tecido social coerente a um Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Ainda no período de ocupação, as trabalhadoras e trabalhadores que, em grande parte, migraram de centros urbanos da região de Ribeirão Preto, deliberaram um acréscimo de 15% na área destinada à recuperação da Reserva Legal do PDS da Barra. Ou seja, a obrigação legal de reflorestamento de 20% da área foi aumentada para 35% devido aos interesses na produção coletiva via Sistemas Agroflorestais.

Os Sistemas Agroflorestais se objetivaram como a técnica almejada devido aos referidos debates e pela restrita extensão dos lotes individuais, nas palavras de um assentado: “as agroflorestas são uma agricultura vertical, já o latifúndio é tudo horizontal, aliás, quanto mais horizontal, melhor para eles” (Liderança agroflorestal do Assentamento Mário Lago). Com a homologação do assentamento em 2007, foram direcionados, a cada família, um lote com área média de 1,5 hectare, o que exigiu, das agora camponesas e camponeses, uma produção agrícola viável para suas realidades.

Somente em 2011, quatro anos após a homologação do PDS, é que os Sistemas Agroflorestais se efetivaram no Assentamento Mário Lago com o desenvolvimento do Projeto Agroflorestar. Após o convite formalizado pela Cooperafloresta – uma cooperativa formada por famílias agricultoras quilombolas do Vale do Ribeira, mais precisamente, do município de Barra do Turvo no estado de São Paulo e dos municípios de Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná – é que processos de ensino e aprendizagem auto-organizados por ambas comunidades foram levados a cabo (Zonetti, 2019).

Entre 2012 e 2014, 25 unidades familiares participaram ativamente do projeto com a implantação de agroecossistemas de aproximadamente 500 metros quadrados focado na produção de hortaliças. Como pressuposto dos Sistemas Agroflorestais, canteiros de alimentos foram intercalados com a produção de espécies perenes, incluindo árvores nativas e exóticas para produção de frutos, além da incorporação de matéria orgânica por meio de podas típicas do manejo agroflorestal. Além disso, a produção de micro clima, em um ambiente completamente degradado pela atividade de monocultivo canavieiro anterior, também foi um dos objetivos das assentadas e assentados (Neto *et al.*, 2016).

Juntamente com outros tipos de produção orgânica, o cultivo de Sistemas Agroflorestais se tornou uma das práticas características do Assentamento Mário Lago, mesmo com as dificuldades atuais de acessar políticas de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), devido ao seu desmonte pelo governo federal de ultradireita entre 2019 e 2022. Muitas agricultoras e agricultores que participaram do Projeto Agroflorestar e de outros projetos complementares, ao longo de mais de uma década, possuem sistemas em estágio de sucessão avançada e atualmente cultivam alimentos em ambientes completamente diferentes daquele encontrado nos anos de ocupação. A Figura 1 demonstra um SAF que foi iniciado com a produção de hortaliças, mas atualmente tem seu foco na produção de café, açaí e banana, além de possuir árvores nativas e exóticas para a produção de fibras, matéria orgânica e microclima.



Figura 1. Sistema Agroflorestal em estágio de sucessão avançada no Assentamento Mário Lago.
Fonte: registro do próprio autor, 2024.

Atualmente, três cooperativas têm atuado na comercialização de alimentos orgânicos e agroflorestais. A Cooperativa Orgânica e Agroflorestal Comuna da Terra foi fundada como resultado direto do Projeto Agroflorestar para atender à necessidade de comercialização dos produtos agroflorestais e, principalmente, pela continuidade na formação das camponesas e camponeses sobre a referida técnica de agricultura. A Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (Comater), formada exclusivamente por mulheres, tem expandido sua atuação nos SAFs para além da produção de hortas orgânicas nos quintais agroecológicos de suas integrantes. Por fim, por estar sediada em um lote coletivo, a Brigada de Produção “Ana Maria Primavesi” se estrutura como uma cooperativa para o escoamento de alimentos produzidos em todo o PDS, bem como um centro de formação sobre Agroecologia e agroflorestas para camponesas, camponeses, acampadas, acampados e simpatizantes da reforma agrária popular.

Além disso, o MST, em seu congresso nacional de 2014, deliberou a Agroecologia como um modelo de reforma agrária popular, e desde então seus assentamentos têm seguido diretrizes específicas para a produção de alimentos advindos de agriculturas de

base agroecológica e para a restauração de ecossistemas locais. Em 2020, o movimento lançou a política “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, com o objetivo de plantar 100 milhões de árvores até 2030 em seus assentamentos e nas cidades brasileiras (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2025). As experiências agroecológicas pioneiras, como o PDS da Barra, foram fundamentais para fortalecer essa iniciativa.

SOBERANIA ALIMENTAR E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ZONA DE RESERVA CAMPESSINA DE CABRERA NA COLÔMBIA

Cabrera, oficialmente intitulado San José de Cabrera, é um município localizado a 144 km de Bogotá, no extremo sul do Departamento de Cundinamarca, na Colômbia. Com 43.300 hectares de extensão, possui uma população estimada em 5.866 habitantes, dos quais, 4.022 pessoas vivem distribuídas em 16 veredas rurais, enquanto o restante habita seu núcleo urbanizado. Sua história está intimamente ligada à história da Província de Sumapaz, região da qual o município faz parte (Acevedo-Osorio, Chohan, 2019). No final do século XIX e início do século XX, Sumapaz foi colonizada por camponeses que, devido ao conflito pelo poder nacional entre conservadores e liberais, buscavam terras baldias para se estabelecerem (Botero, 2011, 2022).

O município foi fundado em 1911, em uma época marcada pela grande concentração fundiária no país e pela Guerra dos Mil Dias (1899-1902). Sob influência de políticas liberais, grande parte de Cundinamarca foi destinada a fazendas de café, enquanto a região de Sumapaz foi dominada pela extração madeireira. Como consequência dessa prática extensiva, os bosques andinos, típicos do município de Cabrera, foram profundamente degradados ao longo do século XX (Ramos-Pérez, 2023).

Entre os anos de 1920 e 1950, a província foi palco de uma insurgência camponesa liderada por figuras como Erasmo Valencia e Juan de la Cruz Varela, que levaram as reivindicações coletivas à nível nacional e projetaram as demandas do campesinato sumapaceño como o maior movimento social camponês da história colombiana. Diante das violentas ofensivas liberais e conservadoras sobre as terras colonizadas pelas camponesas e camponeses na região, a auto-organização armada caracterizou o

movimento agrário local neste período, estigmatizando-o até os dias atuais (Botero 2011, 2022).

Um feito histórico notável de Sumapaz foi a gradual formação de colônias agrárias pelo campesinato local no século XX, caracterizadas pelo trabalho comunitário. Essas colônias foram as sementes que originaram a Lei 160 de 1994, que reconhece estas áreas como pertencentes às camponesas e camponeses que, historicamente, ali vivem e trabalham. Esta lei instituiu as Zonas de Reserva Campesina (ZRC) como um modelo da reforma agrária colombiana que visa efetivar os Direitos Camponeses Colombianos e proteger áreas de interesse ambiental (Fajardo-Montaña, 2019).

A Zona de Reserva Campesina de Cabrera foi homologada em 2000 pelo Instituto Colombiano da Reforma Agraria (INCORA) e, no mesmo ano, foi aprovado seu primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com validade de 10 anos. O segundo plano foi aprovado em 2013 com a participação ativa da comunidade cabreruna. Este é o documento característico das zonas de reserva campesina colombianas que estabelece diretrizes para a atividade econômica camponesa, para suas organizações sociais e classifica o ambiente local (SINPEAGRICUN; ILSA; INCODER, 2013).

Em 2013, foi fundada a *Corporación Cuna de Paz* (Corcunpaz) – compreendida como Corporação Berço da Paz – uma associação de segundo nível que reúne delegados das outras nove associações e cooperativas existentes em Cabrera, visando a representação e auto-organização coletiva, bem como a proteção de seus líderes. Foi por esta mesma auto-organização e pela oficialização de seu Plano de Desenvolvimento Sustentável que, em 2017, por meio de um plebiscito, a população cabreruna rejeitou a proposta de projetos de mineração e a instalação de usinas hidrelétricas no município, com o expressivo resultado de 1.475 votos contrários e apenas 23 favoráveis.

É importante ressaltar a relevância de Cabrera na preservação do Páramo de Sumapaz. Este é um bioma crucial para a conservação dos corpos hídricos na Colômbia, sendo o maior Páramo do mundo, cuja água de origem glacial é proveniente de uma região a mais de 4.500 metros de altitude na Cordilheira Oriental Colombiana

(SINPEAGRICUN; ILSA; INCODER, 2013). Relatos de camponeses demonstram o objetivo de proteger o Páramo de Sumapaz pela homologação de outras zonas de reserva campesina ao seu redor, fortalecendo a agricultura camponesa e impedindo o avanço do agronegócio. Como exemplos concretos, destacam-se as homologações da Zona de Reserva Campesina de Venecia e a Zona de Reserva Campesina de Sumapaz em 2024, em municípios vizinhos a Cabrera.

Desde 2022, Cabrera tem sido palco de ações ambientais e agroecológicas coordenadas por associações locais e apoiadas pelo programa “Aumento da Ambição Climática em Matéria do Uso da Terra e Agricultura” (SCALA). Este é desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como resultado direto do Acordo de Paris adotado por 196 nações durante a COP21, realizada na França em 2014, tendo entrado em vigor em 4 de novembro de 2016 (FAO; PNUD, 2025).

Como parte dos objetivos do acordo multilateral adotado na COP21, cada nação participante foi responsável por elaborar seu próprio Plano de Adaptação Nacional (PNA) e sua Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC). Esses documentos são essenciais para viabilizar o apoio financeiro e transferência tecnológica dos países desenvolvidos para aqueles considerados em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Na Colômbia, o programa SCALA iniciou-se com a última versão de seu plano de adaptação nacional em 2020. Este inclui um ambicioso trabalho conjunto com setores privados da agricultura colombiana, além de apoiar ações camponesas. O documento estabelece a meta de emitir no máximo 169,55 milhões de toneladas de CO² até 2030, representando uma redução de 51% em relação ao cenário normal de desenvolvimento. A agricultura é considerada um setor fundamental para alcançar tais objetivos.

O referido programa atua como ponte entre as políticas nacionais e as atividades locais, realizando trabalhos de campo com comunidades e associações das três regiões com maior potencial agrícola da Colômbia. No Departamento de Cundinamarca, sua atuação se concretiza a partir da implantação de quatro Laboratórios Comunitários de Ação

Climática. Na Zona de Reserva Campesina de Cabrera, o diálogo com os camponeses é mediado pela Corcunpaz e pelos líderes das outras associações.

Especialmente, em 2024, camponesas e camponeses da Vereda Santa Marta de Cabrera iniciaram o desenvolvimento de um projeto de proteção dos corpos hídricos nas unidades familiares, de restauração dos bosques andinos e de fortalecimento da segurança alimentar das camponesas e camponeses, com apoio financeiro do programa SCALA. Mais de 2.600 mudas de árvores nativas foram adquiridas pelo PNUD e plantadas próximas às nascentes e córregos em mais de 30 *fincas* (Figura 2). Além disso, tanques australianos com capacidade de armazenamento de 20.000 litros d'água foram instalados em locais estratégicos para a coleta de água pluvial.



Figura 2. Camponesa e algumas árvores plantadas em seu quintal agroecológico.

Fonte: registro do próprio autor, 2024.

Mesmo que o conselho administrativo da Vereda Santa Marta teve papel fundamental na organização do projeto, destaca-se para o trabalho realizado pela Organicampo, uma associação formada somente por mulheres e estritamente agroecológica. Paralelamente ao trabalho do conselho, esta associação ampliou o projeto para o contexto da soberania alimentar das famílias, solicitando apoio adicional ao PNUD. No total, 12 unidades

familiares lideradas por mulheres foram beneficiadas com a reforma de suas hortas orgânicas, com a implantação de novas hortas, aquisição de mudas de hortaliças, instalação de composteiras e tanques australianos com capacidade de retenção de 7.000 litros de águas pluviais.

Além da referida experiência camponesa em Cabrera, em agosto de 2024, antes da COP16 sobre biodiversidade realizada em novembro em Cali, na Colômbia, delegadas e delegados de sete Zonas de Reserva Campesina estabeleceram uma declaração histórica para o ambientalismo camponês. Representantes das ZRC de La Tauna (Departamento de Cauca), Pato Balsillas (Caquetá), Perla Amazônica (Putumayo), além de Guavire, Sumapaz, Venecia e Cabrera (Cundinamarca) firmaram um compromisso englobando a proteção dos ecossistemas locais, o combate ao desmatamento, a mitigação das mudanças climáticas e a criação de uma agenda ambiental conjunta com o Ministério do Meio Ambiente colombiano (Colômbia, 2024).

ABORDAGEM DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO PARTE DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA AGROECOLÓGICA

Os processos históricos de formação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra, no Brasil, e da Zona de Reserva Campesina de Cabrera, na Colômbia, representam nítidas particularidades de territorialização camponesa como partes do *devir* da Agroecologia. Neste contexto, o território é entendido como a totalidade das relações sociais constituídas nos espaços ocupados pelas camponesas e camponeses, com evidente intencionalidade agroecológica no processo de descoberta de suas possibilidades de manifestação (Fernandes, 2005, 2008, 2017; Halvorsen; Fernandes; Torres, 2018; Rosset; Muñoz, 2024).

Em ambos os casos, observa-se o assentamento de sujeitos em espaços físicos com características ecológicas particulares. A territorialização inicia-se quando o campesinato ocupa as terras e se reconhece como sujeito histórico coletivo. Nesse processo, o campesinato afirma não apenas espaços físicos, mas também *espaços abstratos* (Lefebvre, 2006) – sociais, econômicos e culturais – produzindo relações que se contrapõem àquelas anteriormente estabelecidas por outros projetos societários.

Na teorização iniciada por Lefebvre (2006) e aprimorada por Santos (2006), Fernandes (2005, 2008, 2017), os espaços são compostos por sistemas de objetos e sistemas de ações – ora contraditórios, ora solidários – devido ao movimento dos sujeitos e das coisas que compõem o próprio espaço. São estes sistemas que, a partir de uma *intencionalidade* coletiva, constituem representações sociais sobre si mesmos, tornando-se constituintes e representativos do espaço. A relação entre a ocupação do espaço físico e a produção de espaços abstratos configuram, portanto, a dimensão epistemológica do território, ou seja, o entendimento do mesmo.

Ao constituírem e se apropriarem de espaços, as camponesas e camponeses do PDS da Barra e da ZRC de Cabrera mobilizaram distintas intencionalidades que fundaram novas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e ecológicas nos espaços físicos ocupados. Estas projeções emergiram de processos auto-organizados de ensino e aprendizagem, tendo a própria realidade como matriz para a produção de conhecimento. Na teorização sobre a pedagogia do movimento Sem Terra, o *enraizamento projetivo*, como exposto por Caldart (2004), elucida a projeção do futuro possível a partir da vida já experienciada.

No âmbito da economia camponesa, Ploeg (2008, 2016), atualizando a perspectiva chayanoviana, sugere que o campesinato age sobre as formas mercantis impostas pela estrutura agrária hegemônica. Assim, deve-se compreender o campesinato como agente propositivo de outras formas de composição do campo – do espaço geográfico no qual se encontram – cujos espaços sociais, em sua totalidade, contradizem o projeto do agronegócio.

Os movimentos históricos particulares, incluindo a homologação de suas respectivas políticas de reforma agrária – seja do PDS da Barra ou da ZRC de Cabrera – acompanham processos sociais externos que os modelam e são por eles modelados, seguindo as possibilidades de avanços pelos camponeses. Nota-se ainda, que a identificação concreta como campesinato emerge em momentos críticos de afirmação de suas intencionalidades. A concretização da intencionalidade de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, no caso brasileiro, e a insurgência das décadas de 1940 e 1950 à conformação das Zonas de Reserva Campesina, no caso colombiano,

transcendem a objetivação de espaços, constituindo momentos de concretização de territórios.

Paralelamente às homologações de políticas de reforma agrária, em ambos os casos, as intencionalidades agrícolas se efetivam mesmo enfrentando adversidades como a falta de políticas para estruturação de mercados camponeses, suporte para aquisição de bens de produção e apoio para aprofundamento na equidade de gênero, entre outros. Destaca-se a intencionalidade coletiva coordenada pelo MST, pela Corcunpaz e por associações locais como fundamental para a articulação de sistemas de conhecimento agroecológicos por meio de ações estruturadas pelas pedagogias camponesas.

Neste contexto, as práticas agroecológicas auto-organizadas são fundamentais na composição dos territórios camponeses na atualidade. Os princípios da Agroecologia materializam-se nos agroecossistemas locais que, além de funcionarem como sistemas de produção, representam formas de conhecimento situado (Haraway, 1988). As práticas camponesas, ocultadas pela estrutura agrária hegemônica, manifestam-se como elementos essenciais aos territórios camponeses, pois é através delas que o campesinato reproduz sua existência e mantém o poder de decisão sobre seu próprio futuro.

Este é o caso dos Sistemas Agroflorestais, que se tornaram uma das técnicas agrícolas características do Assentamento Mário Lago, território destacado do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra. Por meio das agroflorestas lideradas coletivamente pela Cooperativa Orgânica e Agroflorestal Comuna da Terra, pela Brigada de Produção “Ana Maria Primavesi” e pela Comater, camponesas e camponeses produzem grande parte de seus alimentos para consumo e comercialização. Além disso, realizam práticas de restauração dos ecossistemas locais que, em conjunto, os afirmam como campesinato agroecológico (Figura 3).

De igual forma, a experiência das hortas orgânicas cultivadas pelas camponesas integrantes da Organicampo na Zona de Reserva Campesina de Cabrera garante renda e alça os alicerces para a Soberania Alimentar (Patel, 2006, 2009, 2012) das famílias agricultoras. Ademais, as próprias camponesas consideram sua produção como parte da economia do cuidado (Merçon, 2020), pois, ao plantarem alimentos orgânicos, realizam

um trabalho de afeto aos familiares, à comunidade cabreruna e aos bosques andinos onde vivem por meio da restauração e da *alimentación sana* (Figura 4).



Figura 3. Horta agroflorestal ao lado de uma Área de Preservação Permanente (APP) no PDS da Barra.
Fonte: registro do próprio autor, 2024.

Ambos os casos demonstram como a intencionalidade camponesa se concretiza em agroecossistemas que revelam a possibilidade de outras ontologias se territorializarem em espaços de profunda degradação ecológica e antigos conflitos sociais. Da necessidade de produção econômica à inter-relação com os ecossistemas locais, a *coprodução* (Ploeg, 2008, 2016) se aprofunda como práxis de territórios camponeses agroecológicos. A produção agrícola, tanto no PDS da Barra quanto na ZRC de Cabrera, não apenas segue os princípios agroecológicos, mas também se fundamenta na regeneração e no cuidado, respectivamente.

Além disso, o objetivo do MST em reflorestar assentamentos e cidades brasileiras a partir de experiências agroflorestais como o PDS da Barra, bem como o comprometimento de diversas ZRC em combater as mudanças climáticas, demonstram que a *coprodução* tem alcançado avanços significativos entre o campesinato brasileiro e colombiano. Atualmente, este é elemento constitutivo da intencionalidade do povo Sem

Terra e das Zonas de Reserva Campesina que, ao se territorializarem, territorializam as manifestações não-humanas existentes no espaço compartilhado.



Figura 4. Horta orgânica de uma camponesa integrante da Organicampo.

Fonte: registro do próprio autor, 2024.

É nesse sentido que a territorialização camponesa assume protagonismo histórico ao concretizar *territórios-devir* (Haesbaert, 2019) como aqueles que se autodescobrem na coprodução cotidiana, devido à assimilação dos princípios agroecológicos como intencionalidade coletiva. Ressalta-se, ademais, a *pluriversalidade* (Escobar, 2020) como categoria fundamental para a territorialização da totalidade agroecológica. Esta totalidade não é compreendida como uma instância impositiva, mas como uma conformação dialógica – a diversidade na unidade (Tabela 1).

A territorialização camponesa agroecológica é vital para a regeneração de ecossistemas locais e para a efetivação de políticas de combate às mudanças climáticas. No caso do PDS da Barra, especificamente no Assentamento Mário Lago, observa-se um território cuja intencionalidade agroflorestal foi estruturada por anos de debates coletivos no período de ocupação do antigo latifúndio e pela homologação de um assentamento necessariamente agroecológico com nítida agência do Aquífero Guarani, das Áreas de

Preservação Permanente e das Reservas Legais nas tomadas de decisão das camponesas e camponeses. De outra forma, no caso da ZRC de Cabrera e especialmente na Vereda Santa Marta, as decisões governamentais progressistas sobre políticas de combate às mudanças climáticas vieram à realidade por mãos do campesinato organizado entorno da Corcunpaz e foram aprofundadas pelas camponesas da Organicampo que se efetivaram como sujeitas históricas que integram o cuidado com os bosques andinos em seus modos de vida.

Tabela 1. Dialogismo das particularidades agroecológicas brasileira e colombiana.

	PDS da Barra	ZRC de Cabrera
País	Brasil	Colômbia
Forma de conquista da terra	Ocupação de latifúndio desapropriado por impactos ambientais	Secular colonização de terras baldias e de interesse ambiental
Política de Reforma Agrária	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	Zona de Reserva Campesina
Ano de homologação da política	2007	2000
Organização de base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	<i>Organización Cuna de Paz</i> (Corcunpaz)
Práticas agroecológicas notáveis	Sistemas Agroflorestais em unidades familiares e em áreas coletivas como APPs, restauração de Reservas Legais e permeabilização do solo como proteção ao Aquífero Guarani	Olericultura orgânica em unidades familiares, captação de águas pluviais, reflorestamento dos bosques andinos para a proteção de corpos hídricos e intencionalidade de proteção do Páramo de Sumapaz
Apoio externo notável:	Projeto Agroflorestar e complementares	Programa SCALA e supervisão do PNUD e da FAO

Fonte: elaboração própria.

A territorialização camponesa agroecológica é vital para a regeneração de ecossistemas locais e para a efetivação de políticas de combate às mudanças climáticas. No caso do PDS da Barra, especificamente no Assentamento Mário Lago, observa-se um território cuja intencionalidade agroflorestal foi estruturada por anos de debates coletivos no período de ocupação do antigo latifúndio e pela homologação de um assentamento necessariamente agroecológico com nítida agência do Aquífero Guarani, das Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais nas tomadas de decisão das camponesas e camponeses. De outra forma, no caso da ZRC de Cabrera e especialmente na Vereda Santa Marta, as decisões governamentais progressistas sobre políticas de combate às mudanças climáticas vieram à realidade por mãos do campesinato organizado entorno

da Corcunpaz e foram aprofundadas pelas camponesas da Organicampo que se efetivaram como sujeitas históricas que integram o cuidado com os bosques andinos em seus modos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de territorialização camponesa no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra e na Zona de Reserva Campesina de Cabrera demonstram que, ao territorializar-se o campesinato agroecológico também territorializa as manifestações não-humanas. Embora sejam processos historicamente graduais, cuja intencionalidade inicial tenha sido a necessidade de subsistência econômica, os conhecimentos necessários para efetivar seus agroecossistemas estendem-se à coprodução como elemento fundamental para a práxis agroecológica. É nesse sentido que o materialismo camponês, tanto brasileiro quanto colombiano, referenciado pelo projeto agroecológico, é nutrido por outras ontologias.

A reforma agrária promovida por ambos os territórios não é apenas fruto de espacialidades sociais, econômicas e culturais que contradizem a atual estrutura agrária hegemônica, mas também efetivam novas relações com o não-humano. As ações desenvolvidas pelas camponesas e pelos camponeses são direcionadas a uma crescente percepção do Aquífero Guarani, do Páramo de Sumapaz, das áreas de preservação, das reservas legais e dos bosques andinos, não como meros recursos naturais, mas como agentes diretos na estruturação de territórios camponeses.

Ademais, mesmo que o enfrentamento às mudanças climáticas não se configure como objetivo primeiro nos referidos territórios camponeses e agroecológicos, nota-se que as políticas públicas encontram no campesinato agroecológico suas reais possibilidades de desenvolvimento. Somente em territórios-devir que possuem a coprodução como elemento ontologicamente estruturante, é que as ações de mitigação das mudanças climáticas serão transformadas em práticas sociais. Tanto a adaptação de políticas amazônicas para a restauração de ecossistemas no interior paulista, como é o PDS da Barra, quanto a possibilidade de implementar acordos realizados no Acordo de Paris, como é o caso da ZRC de Cabrera, ocorrem junto ao devir camponês agroecológico.

Portanto, faz-se necessário aprofundar as reflexões sobre a agência da vida não-humana nos processos de territorialização agroecológica para além de sua dimensão produtiva. Além disso, evidenciou-se que a reforma agrária agroecológica é protagonista na formulação e efetivação de políticas de restauração de ecossistemas locais e de mitigação das mudanças climáticas, aspectos que também necessitam de maior aprofundamento teórico.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos às camponesas e camponeses do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra e da Zona de Reserva Campesina de Cabrera pelo acolhimento durante as pesquisas. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 em sua primeira etapa, e posteriormente com o apoio do Fundo Sasakawa de Bolsas para Jovens Líderes (Sylff).

Copyright (©) 2025 - Vitor Moretti Zonetti

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO OSORIO, Álvaro; CHOHAN, Jaskiran Kaur. Agroecology as social movement and practice in Cabrera's peasant reserve zone, Colombia. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 44, n. 3, p. 331-351, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2019.1623359>.
- ALTIERI, Miguel Angel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- _____. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. 1. ed. Boulder: Westview Press, 1987. 227 p.
- ALTIERI, Miguel Angel; NICHOLLS, Clara Inés. Agroecology: a brief account of its origins and currents of thought in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 231-237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2017.1287147>.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Pedagogías sentipensantes y revolucionárias en la praxis educativo-política de los movimientos sociales de América Latina. **Revista Colombiana de Educación**, v. 80, p. 269-290, 2020. <https://doi.org/10.17227/rce.num80-10794>.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705-724, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017175593>.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; SOLLANO, Marcela Gómez. La Educación Autónoma Zapatista en la formación de los sujetos de la educación: otras epistemes, otros horizontes. Intersticios de la política y la cultura. *Intervenciones Latinoamericanas*, v. 3, n. 7, p. 67-89, 2014. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/9065>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BORELLI FILHO, Dorival; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de**

Assentamentos, v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.60>.

BOTERO, Rocío Londoño. **Juan de la Cruz Varela. Sociedad y política en la región de Sumapaz (1902-1984)**. 1. ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011. 742 p.

BOTERO, Rocío Londoño; OSPINA Mauricio Velásquez. **La reforma rural integral en Colombia: debates, acuerdos y trasfondo histórico**. 1. ed. Bogotá: Universidad de los Andes, 2022. 341 p.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 448 p.

COLÔMBIA. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. **Zonas de Reserva Campesina firman pacto para proteger la biodiversidad rumbo a la COP16**, Bogotá: MADS, 29/08/2024. Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/zonas-de-reserva-campesina-firman-pacto-para-proteger-la-biodiversidad-rumbo-a-la-cop16>. Acesso em: 3 dez. 2024.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo: agentes e conjunturas políticas. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 69-98, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.199>.

ESCOBAR, Arturo. **Pluriversal politics: the real and the possible**. Tradução: David Frye. 1. ed. Durham: Duke University Press, 2020. 192 p.

FAJARDO MONTAÑA, Dario. **Agricultura, campesinos y alimentos en Colombia (1980-2010)**. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2019. 275 p.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, CLACSO, 2015. 492 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, v. 8, n. 6, p. 14-34, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (ed). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 197-215 p.

_____. Territorio y soberania alimentaria. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <https://ojs.ceil-conicet.gov.ar/index.php/revistaalasru/article/view/114>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Scaling up Climate Ambition on Land Use and Agriculture through Nationally Determined Contributions and National Adaptation Plans (SCALA). Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/scala/en>. Acesso em: 8 mar. 2025.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: the Ecology of Sustainable Food Systems**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015. 364 p.

GLIESSMAN, Steve. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1432329>.

GOMES, Carlos Valério *et al.* **Oportunidades de apoio a Atividades Produtivas Sustentáveis na Amazônia**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo_Oportunidades_APS.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GONÇALVES, José Cláudio; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 239-262, 2010. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.72>.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: CLACOS; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021. 393 p.

- HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Mobilizing territory: Socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 5, p. 1454-1470, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/24694452.2018.1549973>
- HARAWAY, Donna. The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/3178066>.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a campesino: voices from Latin America's Farmer to Farmer Movement for Sustainable Agriculture**. 1 ed. Oakland: Food First Books, 2006. 226 p.
- ILYENKOV, Evald Vasilyevich. **Dialectical Logic: Essays on its History and Theory**. Tradução: H. Campbell Creighton. 1 ed. Delhi: Aakar Books, 2008.
- _____. **The Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx's Capital**. Tradução: Sergei Syrovatkin. 1. ed. Delhi: Aakar Books, 2008.
- INSTITUTO LATINOAMERICANO PARA UNA SOCIEDAD Y UN DERECHO ALTERNATIVOS; SINDICATO DE PEQUEÑOS AGRICULTORES DE CUNDINAMARCA; INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL. **Plan de Desarrollo Sostenible Zona de Reserva Campesina de Cabrera (Cundinamarca)**: por una zona de reserva campesina garante de derechos económicos, sociales, culturales y ambientales para los cabrerunos. Bogotá: ILSA, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**, 7 mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso: 10 fev. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 476 p.
- LIMA, Luciano Botelho. **Territorialização e (des)territorialização das políticas públicas de reforma agrária nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto**. 2023. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/255784>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução: Lya Luft; Rodnei Antônio do Nascimento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 416 p.
- MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter Michael. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.872632>
- MCCUNE, Nils; SÁNCHEZ, Marlen. Teaching the territory: Agroecological pedagogy and popular movements. **Agriculture and Human Values**, v. 36, p. 595-610, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-018-9853-9>.
- MEJÍA GUTIÉRREZ, Mario. **Agriculturas para la vida: Movimientos alternativos frente a la agricultura química**. 1. ed. Cali: Fundación para Actividades de Investigación y Desarrollo, 1995. 252 p.
- MÉNDEZ, Ernesto V.; BACON, Christopher. M.; COHEN, Roseann. Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 3-18, 2013.
- MERÇON, Juliana. **Interculturalidade, natureza e educação. Afetos filosóficos**. 1. ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2020. 146 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Plantar árvores produzir alimentos saudáveis. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/#apresentacao>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- NETO, Nelson Eduardo Corrêa *et al.* **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. 1 ed. Barra do Turvo: Cooperafloresta, 2016. 177 p.
- PATEL, Rajeev. International Agrarian Restructuring and the Practical Ethics of Peasant Movement Solidarity. **Journal of Asian and African Studies**, v. 41, n. 1-2, p. 71-93, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0021909606061748>.

- _____. Food Sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150903143079>.
- _____. Food Sovereignty: power, gender and the right to food. **Plos Medicine**, v. 9, n. 6, p. 1-4, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001223>.
- PELLIZZIONI, Luigi. Tonare a Lukács? Nuovi materialismi, eco-marxismo e tardo capitalismo. **Política & Società**, v. 13, n. 3, p. 455-478, 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.4476/115404>.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. 1. ed. Tradução: Claudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp, Editora UFRGS, 2016. 192 p.
- _____. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas camponesas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. 1. ed. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Programa SCALA. Disponível em: <https://www.adaptation-undp.org/scala>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- RAMOS-PÉREZ, Juan Carlos. Hegemonía y subalternidad de la memoria. Análisis del relato memorial del Monumento a los Héroes del Sumapaz. **Folios**, v. 57, p. 131-146, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17227/folios.57-13752>
- ROSSET, Peter Michael; ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia**: ciência e política. 1. ed. Tradução: Rafael Tatemoto. São Paulo: Editora UNESP, Expressão Popular, Editora da UFRGS, 2022. 152 p.
- ROSSET, Peter Michael, MUÑOZ Cindy Lorena Ule. Repeasantization and socio-territorial movements. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-16, 2024.
- ROSSET, Peter Michael *et al.* Unlearning the green revolution: Inventory of agroecological practices in Ceará, Brazil, an instrument for decolonizing territory and (re) valuing peasant knowledge. **Environmental Science & Policy**, v. 165. 104022, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2025.104022>.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p.
- SHIVA, Vandana. Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. Tradução: Marina Kater. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024. 216 p.
- SINDICATO DE PEQUEÑOS AGRICULTORES DE CUNDINAMARCA; INSTITUTO LATINOAMERICANO PARA UNA SOCIEDAD Y UN DERECHO ALTERNATIVOS; INSTITUTO COLOMBIANO DE DESARROLLO RURAL. Plan de Desarrollo Sostenible Zona de Reserva Campesina de Cabrera (Cundinamarca). Bogotá: ILSA, 2013. 324 p. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/4689>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 3. ed. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 423 p.
- VANDERMEER, John; PERFECTO, Ivette. **The Dialectical Agroecologist**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.
- VAL, Valentin; ROSSET, Peter Michael. Campesina a Campesino: Educación campesina para la resistencia y la transformación agroecológica. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e10904, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10904>.
- VAL, Valentin *et al.* Agroecology and La Vía Campesina I. The symbolic and material construction of agroecology through the dispositive of “peasant-to-peasant” processes. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 872-894, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2019.1600099>.
- WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, p. 503-515, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>.
- ZONETTI, Vitor Moretti. **O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago**: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.100.2019.tde-24042019-194155>. Acesso em: 2 jun. 2023.